

Trajetória de Raymundo Coqueiro Mendes: homem público e trabalhador espírita

Martim Afonso de Souza <martim74@gmail.com>

Pedro Gonçalves Novaes de Souza <pedroquitonovaes@gmail.com>

Fundação Allan Kardec – FAK

Resumo – Raymundo Coqueiro Mendes foi um trabalhador atuante no Movimento Espírita Amazonense nas décadas de 1930 a 1960. Maranhense, veio com a família ainda criança para Manaus no início do século XX. Na capital amazonense, formou-se como farmacêutico, constituiu família e construiu uma singular carreira no serviço público, tendo ocupado diversos cargos e funções, tais como: escriturário, secretário municipal, prefeito interino, vereador e juiz do Tribunal de Contas. Atuou ainda como presidente da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. No Movimento Espírita teve atuação como médium receitista da Federação Espírita Amazonense e também como integrante de seu corpo diretivo, na posição de Presidente da Assembleia Geral por mais de 14 anos. Esteve, ainda, envolvido na iniciativa de criação do Hospital Allan Kardec. Este artigo busca apresentar sua trajetória como homem público e trabalhador espírita.

Palavras-chave – Espiritismo. Biografia.

Submetido em 12/10/2023

Aprovado em 25/08/2025

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi idealizado a partir da leitura despreziosa da obra “A Caravana da Fraternidade”, de Leopoldo Machado, notadamente dos capítulos relativos à visita dos caravaneiros a Manaus, em dezembro de 1950.

Entre os nomes de trabalhadores da Federação Espírita Amazonense (FEA) citados nesses capítulos, um nos chamou a atenção: Raymundo Coqueiro. Uma rápida consulta à internet, motivada pela curiosidade em saber um pouco mais sobre essa personalidade, trouxe resultados surpreendentes: farmacêutico, vereador, juiz do Tribunal de Contas foram alguns dos títulos surgidos nessa busca.

Os autores, assim, dedicaram-se a pesquisar mais sobre essa figura. Para tanto, consultaram a Hemeroteca Digital Brasileira, arquivos do Diário Oficial do Estado do Amazonas, da Câmara Municipal de Manaus e do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Foram feitas, ainda, consultas às atas da FEA e a outros documentos da federativa.

O perfil construído na pesquisa mostra um médium e uma liderança dedicada às lides espíritas, mas também um abnegado servidor público, transitando em esferas do poder público no Amazonas.

2 DESENVOLVIMENTO

A estrutura desta pesquisa compreende enfoques diversos sobre a trajetória de Raymundo Coqueiro Mendes: primeiro serão apresentados os laços familiares do biografado; em sequência, os labores profissionais, incluindo a atuação como farmacêutico, servidor público, vereador e juiz do Tribunal de Contas. Ainda, alguns registros sociais e, por fim, a atuação no Movimento Espírita e seu envolvimento com a iniciativa do Hospital Allan Kardec.

2.1 CONTEXTO FAMILIAR

Raymundo Coqueiro Mendes¹ nasceu no dia 28/12/1899², em São Luís, Maranhão, filho de Oswaldo Othon Mendes e Dalila Coqueiro Mendes. Teve como irmãos: João Coqueiro Mendes, Maria de Lourdes Coqueiro Mendes, José de Ribamar Coqueiro Mendes e Anna Amélia Coqueiro Mendes. A família migrou para Manaus em algum momento da primeira década do século XX, provavelmente motivada pelas oportunidades econômicas advindas do ciclo da borracha.

O genitor, Oswaldo Othon, exerceu o cargo de fiel de armazenagem da Alfândega do Maranhão e faleceu em Manaus em algum momento após 1917. Possivelmente enfrentou dificuldades de ordem material, há registros de um processo de execução por dívidas no Maranhão.

Não foram encontradas referências sobre o irmão mais velho, João. José de Ribamar exerceu durante alguns anos o cargo de Guarda da Polícia Aduaneira, na Guarda Moria da Alfândega, vindo a falecer em 1923, muito jovem, após um período de enfermidade. Há escassos registros sobre Maria de Lourdes, acreditando-se que ela não tenha se casado. Anna Amélia era sempre lembrada nas colunas sociais dos jornais, inclusive com uma fotografia³. Ela se casou com Jeronymo França, funcionário do Banco do Brasil, e faleceu em 1968.

Raymundo e seus irmãos José e Maria de Lourdes estudaram no Collegio de N. Sra. da Conceição. Posteriormente, Raymundo ingressou no curso de Farmácia, da Universidade de Manaus, tendo concluído o curso provavelmente entre 1921 e 1922.

Em 21/1/1926, Raymundo contrai matrimônio⁴ com D. Violeta Freire, também oriunda de família maranhense, filha do Coronel Pedro de Alcântara Freire⁵. Da união nascem os filhos Magnólia Freire Coqueiro Mendes (1926), Othon Pedro Freire Mendes (1928), Fernando Freire Mendes (1930) e Valéria Freire Mendes (1935). Magnólia formou-se em Biblioteconomia no Rio de Janeiro, Othon e Pedro foram advogados, formados pela Faculdade de Direito do Amazonas. Othon, assim como o pai, foi também vereador em Manaus. Valéria casou-se com Wagner Espíndola de Carvalho, passando a se chamar Valéria Mendes de Carvalho.

2.2 ATUAÇÃO COMO FARMACÊUTICO

Em 7/6/1924, Raymundo adquire, junto com o sócio Jesuíno Rodrigues da Silva Ribeiro (também formado pela Universidade de Manaus e possivelmente primo de Raymundo, tendo sido paraninfo em seu casamento) a Pharmacia Humanitária, sito à rua Henrique Martins, n. 17. A Pharmacia Humanitária pertenceu a Raymundo Palhano Jr, expoente espírita. De imediato alteram o nome para Pharmacia Normal. À época, era comum existir consultórios médicos funcionando no mesmo endereço das farmácias.

O empreendimento, entretanto, não teve vida longa. No dia 2/2/1928 a sociedade é desfeita⁶, saindo o sócio Jesuíno e arcando Raymundo com as dívidas. Vale lembrar que a economia amazonense enfrentou longo período de estagnação após o término do ciclo da borracha, e as dificuldades para o estabelecimento de novos empreendimentos eram substanciais.

As informações disponíveis sugerem que Raymundo continuou exercendo a profissão de Farmacêutico, a despeito de suas diversas ocupações ao longo do tempo. Na década de 1970, já

¹ Em nota publicada no jornal Diário do Maranhão, no dia 29/12/1899, relata-se o nascimento de Raimundo João Coqueiro Mendes. No entanto, em nenhuma outra fonte o nome volta a aparecer dessa forma.

² Essa data está na Certidão de Óbito e na nota publicada na imprensa quando de seu nascimento, embora em outras fontes e relatos conste a data de 26/12.

³ Jornal do Commercio, Ed. 4616

⁴ Jornal do Commercio, Ed. 7775

⁵ Jornal do Commercio, Ed. 19870

⁶ Jornal do Commercio, Ed. 8323

residindo na cidade do Rio de Janeiro/RJ, seu nome aparece como inscrito no Conselho Regional de Farmácia e como assinante do periódico dessa instituição.

2.3 ATUAÇÃO COMO SERVIDOR PÚBLICO

Vemos, durante a década de 1930, Raymundo Coqueiro lutando para assegurar o sustento da família. Nesse cenário, o serviço público é sempre uma posição atrativa, em virtude da estabilidade, embora tradicionalmente a remuneração seja baixa.

Em 1934, Raymundo é efetivado como Oficial de Expediente no Palácio Rio Negro (sede do Governo do Estado), à época comandando pelo Interventor Nelson de Melo, onde permanece até 1935, ocasião em que é aprovado em concurso público para Amanuense - 2º Escrivão, na Prefeitura Municipal de Manaus. Sua esposa, Violeta, também se tornou servidora da prefeitura.

Paralelamente a esse cargo, vemos Raymundo atuando como auxiliar do Juízo de Menores em 1937, na condição de vigilante, atuando na fiscalização de “cinemas, bailes públicos e demais casas de diversões”⁷. Os vigilantes atuavam de forma voluntária junto com os Comissários de Menores. Costumemente, seu local de atuação era o Cine Polytheamma, localizado à Avenida Getúlio Vargas.

Trabalhando na Prefeitura, vemos Raymundo ascendendo na hierarquia administrativa de forma paulatina. É promovido para 1º Escrivão e posteriormente designado Chefe da Seção de Rendas da Prefeitura. Já na década de 1940 é considerado pela imprensa “alto funcionário da prefeitura”⁸, em seguida é nomeado Secretário Municipal e chega a responder como prefeito interino de Manaus, por um período de três meses, na ausência do Interventor Álvaro Bandeira de Melo, entre os meses de abril e junho de 1947⁹. Em junho de 1947, Raymundo passa o cargo para o prefeito eleito, Raimundo Chaves Ribeiro.

Importante destacar que, à época, não ocorriam eleições no país, em virtude da ditadura instaurada em 1937, pelo governante Getúlio Vargas. Os cargos de governador e prefeito eram indicações do governo federal. Somente em 1946, com a Constituição determinando a retomada institucional, são determinadas eleições gerais no país.

Assim, em 1947 temos eleição para prefeito e para a composição das câmaras municipais. Raymundo Coqueiro é eleito Vereador pelo Partido Social Democrático (PSD), com 476 votos, fazendo assim parte da 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Manaus (1947-1952). Um dos vereadores também eleitos pelo PSD foi o médico Adriano Augusto de Araújo Jorge, o qual foi eleito também Presidente da Câmara, em virtude de ser o mais velho eleito. Adriano Jorge viria a falecer no ano seguinte, 1948.

Em 1952, Raymundo Coqueiro foi reeleito vereador, sempre pelo PSD. Atuou como Presidente da Câmara Municipal entre 1949 e 1953.

Em 1954, Raymundo tentou se eleger deputado estadual, mas alcançou apenas a segunda suplência. Em dezembro de 1954, antes mesmo de completar seu segundo mandato como vereador, é nomeado Juiz do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE), função que exerceria até sua aposentadoria em 1964. Hoje esse cargo tem a denominação de Conselheiro.

Cabe destacar que a Corte de Contas no Amazonas havia sido criada pela Lei Estadual 747/1950, devidamente autorizada pela mencionada Constituição de 1946 e durante o mandato do governador Júlio de Carvalho Filho. Entretanto, o governador Álvaro Maia, que tomou posse em janeiro de 1951, temia que o Tribunal pudesse ser usado politicamente por seus adversários, uma vez

⁷ Jornal do Commercio, Ed 11084

⁸ Jornal do Commercio, Ed 13949

⁹ Jornal do Commercio 14406

que seus integrantes haviam sido indicados por seu antecessor e oponente. Assim, em julho de 1951 o Tribunal foi extinto por nova lei estadual.

Desse cenário, nasceu um questionamento jurídico que somente foi resolvido em setembro de 1953, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade da lei que havia criado o TCE. Nova lei estadual foi então aprovada em 1954, restabelecendo todos os termos da Lei 747. É nesse contexto que novos juízes são nomeados, entre os quais Raymundo Coqueiro. Por fim, em 1º/1/1955 ocorre a Sessão Solene de Reinstalação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Raymundo presidiu o TCE no ano de 1959.

É curioso perceber o papel de destaque que Raymundo desempenhou nesse momento de retomada das instituições após 1946. Atuou na Câmara Municipal nas duas primeiras legislaturas, sendo o Presidente do legislativo municipal, por mais de quatro anos ininterruptos, e em seguida participa ativamente da consolidação do Tribunal de Contas, atuando como juiz por mais de nove anos.

Em 1964, no contexto do Ato Institucional n. 1, Raymundo e outros três juízes do TCE foram cassados e aposentados de forma compulsória.

2.3.1 Cassação pela Ditadura de 1964

Em 1º/4/1964 o presidente João Goulart é deposto e assume o poder uma Junta Governativa, formada por militares das Forças Federais. É então editado o Ato Institucional n. 1, de 9/4/1964 (AI-1) o qual abriu a possibilidade para demissões e exonerações sumárias de autoridades e detentores de cargos públicos.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.¹⁰

No âmbito do Estado do Amazonas, o governador Plínio Ramos Coelho, aliado de João Goulart, foi cassado em 14/6/1964, e em seu lugar eleito de forma indireta Arthur César Ferreira Reis. Iniciou-se, então, uma ação orquestrada para retirar da administração pública os agentes que, de certo modo, estavam relacionados ao governador cassado.

Nesse sentido, foi criada a Comissão Estadual de Investigações (CEI), no dia 15/7/1964, para promover as investigações sumárias previstas pelo AI-1. A Comissão foi formada pelo Major José Félix da Silva, Professor David Alves de Mello e Bacharel Pery Pinto Nery, sendo presidida pelo primeiro.

Um dos processos iniciados pela CEI apurou as circunstâncias em que fora concedida pelo TCE a aposentadoria ao juiz João Marques Paes Filho, em 1963. A alegação é que teria sido uma concessão irregular. Assim, Raymundo Coqueiro e outros juízes do TCE passaram a ser investigados. O objetivo da investigação, não declarado, provavelmente se liga ao fato de que os juízes investigados

¹⁰ BRASIL (1964)

foram indicados ao Tribunal por Plínio Ramos Coelho, quando de seu primeiro mandato como governador, em 1954.

O processo na CEI correu de maneira célere e provavelmente sem respeitar o direito de defesa. Chama muito a atenção a publicação de editais, tanto no Diário Oficial quanto na imprensa, para intimar os investigados a apresentarem defesa, uma vez que eles haviam sido procurados e não encontrados. Quatro juízes do Tribunal de Contas do Estado estariam “em lugar incerto e não sabido”...

A publicação dos editais se deu no dia 6/10/1964. No dia 7/10/1964 a CEI concluía o processo e no dia 8/10/1964 o governador Arthur Reis determinava a aposentadoria compulsória dos juízes Raymundo Coqueiro Mendes, Coriolano Cidade Lindoso, Raimundo Ramos Coelho e Helso Livramento do Carmo Ribeiro, além do auditor Myrtil Fernandes Levy. Dos 9 juízes integrantes do TCE, somente 5 permaneceram no cargo. No dia 8 expirava o prazo de 6 meses do AI-1 durante o qual as garantias de vitaliciedade e estabilidade estavam suspensas.

Raymundo Coqueiro tentou reverter sua aposentadoria na justiça, sem sucesso. Logo após a conclusão apressada desse processo de verdadeiro expurgo dos quadros públicos, Raymundo mudou-se com a família para o Rio de Janeiro/RJ, onde permaneceu até sua desencarnação, em 1994, aos 94 anos de idade.

2.4 ATUAÇÃO SOCIAL

Foram encontrados registros da participação de Raymundo Coqueiro na sociedade amazonense: como cronometrista em jogos de futebol promovidos pela Federação Amazonense de Desportos Atlético (FADA); como um dos fundadores do clube de futebol Fast; como integrante da diretoria do Clube Rio Negro. Raymundo fazia parte, ainda, do Tattwa Guerra Junqueiro e da Loja Maçônica Rio Negro, como Venerável Mestre.

2.5 ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ESPÍRITA AMAZONENSE

A participação de Raymundo Coqueiro nas tarefas espíritas se dá em duas vertentes: como médium receitista/curador na FEA e como integrante de seu corpo diretivo.

Na mencionada obra “A Caravana da Fraternidade”, MACHADO informa ter visitado a FEA dia 7/12/1950, quinta-feira pela manhã, na qual os médiuns Raymundo Coqueiro e Olga Negreiros atendiam a cerca de 150 pessoas. Provavelmente tratava-se da “reunião de receituário semanal”, de acordo com as informações obtidas por MELO, em seu trabalho para o V Simpósio FAK, reunião na qual o Espírito Dr Benedito de Carvalho comunicava-se por intermédio de Raymundo.

Conforme NOBRE acentua, a FEA mantinha um posto de receituário homeopático em suas instalações - o Estatuto previa, ainda, uma farmácia homeopática. Trata-se de uma prática comum no Movimento Espírita Brasileiro à época, que caiu em desuso após a década de 1950.

Nas Atas da Diretoria da Federação Espírita Amazonense, nas décadas entre 1930 a 1964, encontramos diversas referências à participação de Raymundo Coqueiro no corpo diretivo da FEA. A primeira menção ocorre na Ata de 20/10/1936, relativa à reunião para eleição dos dirigentes no biênio 1937-1938. A ata fala de uma “chapa conciliadora”. Raymundo foi eleito suplente da Diretoria, com 21 votos.

Em seguida, na eleição para o biênio 1939-1940, ocorrido em 11/12/1938, não houve conciliação e sim uma disputa entre duas chapas. Raymundo integrava a chapa derrotada, tendo recebido 23 votos para o cargo de 2º Secretário. O eleito foi Hemetério Cabrinha, com 45 votos.

Verifica-se um hiato na presença de Raymundo nos registros institucionais até 1949. Cabe destacar que o Estatuto da FEA previa duas grandes instâncias organizacionais: a Assembleia Geral e a Diretoria. Ambas tinham seus cargos, eleitos sempre de dois em dois anos. O Presidente da

Assembleia Geral era o responsável por conduzir as reuniões de eleição ou que tratassem de temas mais gerais e relevantes. O Presidente da Diretoria era o responsável pela condução ordinária da Federação.

Em 1949, no mês de maio, o então Presidente da Assembleia Geral, Pedro Pereira da Silva, renunciou ao cargo, em caráter irrevogável. Convocada a Assembleia em 19/6/1949 para eleição de um novo Presidente, Raymundo Coqueiro Mendes foi eleito com 14 votos. À época ele ocupava também o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Manaus.

Raymundo permaneceu como Presidente da Assembleia Geral da FEA até 1961, sendo reeleito sucessivamente no correr dos anos. Marcellino Queiroz foi o Presidente da Diretoria durante todo esse período. Entre 1962 e 1963, Marcellino foi eleito Presidente da Assembleia Geral, sendo Raymundo seu vice. Na eleição para os dirigentes do biênio 1964-1965, Raymundo volta a ser eleito Presidente da Assembleia.

Na Ata de sua primeira eleição constam as seguintes manifestações:

José de Sales Cavalcante [...] congratulou-se pela vitória alcançada, uma vez que o Irmão eleito muito tem feito pela causa espírita e que em tão boa hora nos lembramos de seu nome para preenchimento desta vaga. [...] Joaquim Doriano de Castro [...] congratulou-se também pela feliz escolha, recaída na pessoa de nosso Irmão Raymundo Coqueiro Mendes. [...] Antônio Ferreira dos Santos ratificando as palavras do Irmão Castro, levou ao Irmão eleito o conforto espiritual ditado de seu bom coração, referenciou o grandioso trabalho deste Irmão em favor dos necessitados. Como homem público sempre se portou com honestidade e bravura e hoje todos nós sabemos o cargo que ocupa de Presidente da Câmara Municipal, que desempenhando com simpatia de todos, tornou-se ídolo de seus pares. Terminando pedia a Deus que iluminasse o lar deste nosso Irmão, desejando Paz, saúde e Felicidade. [...] Porfirio Guacureis de Souza, enaltecendo o Irmão eleito, sobre sua personalidade já conhecida por todos e que também se sentia satisfeito pela feliz escolha de seu nome, para presidir os trabalhos de Assembleia desta Federação. Com a palavra o Irmão Presidente da Diretoria, Irmão Marcellino de Queiroz, também sentia-se regozijado e congratulou-se pela acertada escolha do Irmão Raymundo Coqueiro Mendes e estava certo de que a Paz reinava em nossa querida Federação.

2.6 ENVOLVIMENTO NO HOSPITAL ALLAN KARDEC

Em seu artigo “Marcellino Queiroz: Dinamizador do projeto do Hospital Espírita Allan Kardec”, MELO destaca que o movimento espírita amazonense, desde o início do século XX, ansiava pela construção de um hospital espírita, e que Marcellino, Presidente da Diretoria da FEA, entre 1946 e 1961, atuou de forma decisiva para a concretização desse ideal.

Uma das iniciativas exitosas nesse sentido foi a doação, por parte da Prefeitura de Manaus, de um terreno de 108 x 200 metros na então Estrada de São João, hoje Avenida Mario Ypiranga Monteiro, para a construção do Hospital Espírita Allan Kardec, terreno em que hoje funciona a Fundação Allan Kardec.

MACHADO relata os desafios para se obter essa doação: “os espíritas quebraram lanças para conseguir o terreno, a fim de construir seu hospital”.

A doação foi autorizada pela Lei Municipal n. 285, de 28/8/1950. Uma das perguntas motivadoras desta pesquisa foi tentar responder a essa pergunta: sendo Raymundo Coqueiro Presidente da Câmara Municipal à época, teria ele influência na tramitação e na aprovação da lei?

Em visita aos arquivos da Câmara Municipal de Manaus, infelizmente não foi encontrado o projeto de lei n. 385 e o histórico de sua tramitação. Pode ser consultado o Livro de Atas, do qual consta a aprovação do projeto na sessão da Câmara Municipal do dia 24/8/1950, sob a presidência de

Raymundo Coqueiro. Por se tratar de uma lei que dispunha do patrimônio público municipal, sua iniciativa era do próprio Prefeito.

Embora ausentes os indícios documentais dessa influência, podemos inferir que Raymundo Coqueiro contribuiu para a aprovação da lei. Os seguintes indícios podem ser elencados:

- Em 1949, quando passa a integrar a direção da FEA, Raymundo atuava há 2 anos como vereador e acabara de se tornar Presidente da Câmara;
- Possuía vasta experiência na administração municipal, chegando a exercer interinamente o cargo de Prefeito;
- Integrava o PSD, partido de centro, com habilidade de interlocução e diálogo entre as correntes políticas;
- Esteve presente à cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental do Hospital Allan Kardec, em 4/10/1953, sendo o segundo a assinar a Ata, logo após Marcellino.

Além de participar da cerimônia, Raymundo assinou dois pequenos bilhetes, deixados junto à Pedra, com votos de êxito à iniciativa. Um deles em nome do Tattwa Guerra Junqueiro, outro em nome do Grupo “União Amazonense”. Ambos os bilhetes integram o Memorial da FAK.

3 APRENDIZADOS

Realizar essa pesquisa foi uma experiência agradável e estimulante, por vários fatores. Fortaleceu os laços entre os autores (pai e filho), pela identificação de mais um fator de união: o gosto pela pesquisa histórica. Destacou o valor da intuição, pois fazer a pesquisa sobre o nome do autor foi uma ideia singela, nascida da leitura de um livro. A pesquisa desencadeou verdadeira torrente de informações. Pode trazer à tona a contribuição de um coração valoroso, que teve na Terra sua cota de sacrifícios e dificuldades: de ordem material e depois pela surpresa de sua aposentadoria forçada. Por fim, guardar a certeza de que mais um amigo foi conquistado nessa caminhada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um blog pessoal, chamado “Blog do Rocha”, foram postadas fotos antigas de Manaus, uma das quais mostra a Igreja de São Sebastião. Uma leitora do blog, chamada Normélia, fez um comentário que traz informações e percepções preciosas sobre nosso biografado. Por isso, os autores optaram por colocar esse texto como Considerações Finais, vez que sintetiza a atuação de Raymundo Coqueiro e ainda traz uma conotação emocional intensa.

Da minha infância e juventude em Manaus, meu tão querido torrão natal, existem ainda muitas lembranças maravilhosas. Uma delas é da família do grande e humano farmacêutico Raimundo Coqueiro Mendes. Sua residência ficava em uma das esquinas da Praça de São Sebastião, à direita de quem olha para a linda e acolhedora Igreja de São Sebastião. Era um casarão térreo com várias janelas voltadas para a praça e outras para a Rua 10 de Julho.

Seu Mendes era muito conhecido por sua grande inteligência e, principalmente, humanidade em todos os sentidos. Dizia não ter seguido a carreira de médico por falta de recursos financeiros. Sua esposa, Dona Violeta, além de ser também generosa, foi sua fiel e inseparável companheira.

Ele foi, por muito tempo, nosso “médico” de família, resolvendo todos os nossos problemas relativos à saúde. Dessa convivência, nasceu uma natural e sincera amizade que durou para sempre. Conheci sua sogra e cunhadas, cujos nomes eram de flores assim como o de sua esposa Violeta: Camélia, Magnólia e Miosótis.

Seu Mendes e sua esposa trabalharam na prefeitura de Manaus, mas eu já estava residindo em Belém. Tornou-se uma pessoa popular não só pelo bem que espalhou

como farmacêutico como também por seus dotes mediúnicos, pelos quais era muito requisitado e respeitado.

Vários anos depois, visitei a família, que havia se transferido para o Rio de Janeiro. Moravam em Copacabana, próximo à residência de uma de minhas irmãs, Fernanda Maria, e seu esposo, Joaquim de Figueiredo, que continuaram com a sólida e antiga amizade. Não tenho muitas lembranças de seus dois filhos, Othon e Fernando, porém, com a Magui (Magnólia), convivi bastante nas temporadas que passei no Rio.

Uma recordação que ficou bem vívida foi o aniversário do Seu Mendes, que era celebrado no dia 26 de dezembro. Nesta data, meus pais sempre lhe enviavam uma lembrança acompanhada de um creme especial, doce português feito pela minha mãe. Parece fantasia, mas é realidade: até hoje, ao destacar a folhinha do calendário que marca o 26 de dezembro, todas as vezes rezo pelo Seu Mendes e agradeço o bem que ele generosamente distribuiu na minha família.

5 REFERÊNCIAS

AO COMMERCIO em geral. Jornal do Commercio, 12 fev. 1928, ed 8323, anno XXV.

BRASIL. Ato Institucional n. 1, 9 abr. 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário Oficial da União, 9 abr 1964.

BUBOLZ QUEIRÓS, Cesar Augusto. **O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho.** Antíteses. 2019, 12(23), 542-562[Consulta em 12 de outubro de 2023]. ISSN: 1984-3356. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193360259020>

CERTIDÃO de Óbito. Quinta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais. Comarca do Rio de Janeiro/RJ, 23/1/1994.

DAQUI E DALI. Jornal do Commercio, 5 ago. 1945, ed 13949, anno XLII.

FEDERAÇÃO Espírita Amazonense. Manaus (AM). Livro de Actas n. 2. 1936 a 1964.

MACHADO, Leopoldo. **A Caravana da Fraternidade.** Brasília: FEB, 2010.

MANAOS Social. Jornal do Commercio, 23 mar. 1917, ed 7616, anno XIV.

MANAOS Social. Jornal do Commercio, 22 jan. 1926, ed 7775, anno XXIII.

MELO, Santa Maria de Oliveira. **Marcellino Queiroz: dinamizador do projeto do Hospital Espírita “Allan Kardec”.** In: Anais do V Simpósio FAK. Manaus, 2017. Disponível em: <<https://www.faknet.org.br/v-simposio-fak-2017/>>. Acesso em: 21 Maio 2023.

NOBRE, Joselita Cármen de Araújo. **A Homeopatia como recurso terapêutico para a Gripe Espanhola: a contribuição dos pioneiros do Espiritismo do Amazonas.** In: Anais do VII Simpósio FAK. Manaus, 2021. Disponível em: <<https://www.faknet.org.br/anais-simposio-2021/>>. Acesso em: 21 Maio 2023.

PEDRO Freire. Jornal do Commercio, 4 ago. 1968, ed 19870, ano LXIV.

REGISTRO Civil. Diário do Maranhão, 29 dez. 1899, ed 7898, anno XXX, p. 3.

SÉRIE MANAUS ANTIGA. Disponível em <<https://jmartinsrocha.blogspot.com/2012/09/serie-manaus-antiga.html>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VARIAS. Jornal do Commercio, 21 jan. 1937, ed 11084, anno XXXIV.

VIAJA AO RIO. Jornal do Commercio, 6 abr. 1947, ed 14406, anno XLIII.